

O Tratado de Tordesillas 1494 e os excessos da colonização espanhola e portuguesa

Vasco Marix

Historiador e diplomata aposentado. Ex-embaixador do Brasil em Equador, Israel, Chipre, Peru e Alemanha.

Os estudantes de Economia quase sempre começam por estudar o livro do escocês Adam Smith *A Riqueza das Nações*, no qual se lê uma frase bastante expressiva: “A descoberta da América e a passagem do cabo da Boa Esperança para as Índias Orientais foram dois dos maiores acontecimentos da história da humanidade”.

Em 7 de junho do ano corrente de 2014, transcorrerá o 520º aniversário do Tratado de Tordesillas e da divisão do mundo “descoberto e a descobrir” entre Espanha e Portugal. Ontem mesmo transcorreu mais um aniversário da descoberta do Brasil. O documento de Tordesillas tem muita relação com o Brasil e, por isso, devemos lembrar as consequências daquela decisão. Colombo passou por Lisboa após a descoberta da América e conversou com o rei de Portugal, despertando-lhe ambições desmesuradas. Os dois reinos entraram em disputa logo após, mas a controvérsia não ficou decidida, porque do outro lado do mundo a situação das ilhas Molucas, como eram

conhecidas as ilhas das especiarias, no Extremo Oriente, continuava em suspenso e seria motivo de disputas e de outro tratado mais tarde. Mesmo assim, o acerto de Tordesillas não foi bem aceito e a disputa se estenderia até 1750, resolvida, afinal, pelo famoso Tratado de Madri, de Alexandre de Gusmão.

Em 1493, um ano após a descoberta da América, os dois países negociaram uma linha divisória do mundo descoberto e a descobrir e não chegaram a nenhum acordo. Recorreram ao Papa Alexandre IV para dirimir a disputa, que emitiu a bula papal *inter coetera* naquele mesmo ano de 1493. Essa bula determinava uma linha divisória a partir de cem léguas a oeste da ilha de Santo Antão, do arquipélago de Cabo Verde, na costa da África. Portugal não se conformou com essa decisão, pois desconfiava da existência de uma grande ilha, ou continente, o Brasil, mais a oeste, e pleiteou estender a linha divisória para 370 léguas, a partir de Cabo Verde. Os espanhóis cederam, e essa linha, afinal, entrou em vigor em 1494 pelo tratado de Tordesillas, abrangendo grande parte da costa do Brasil, desde onde está a atual cidade de Belém até São Francisco do Sul, em Santa Catarina.

Até hoje, há disputas entre os estudiosos, pois há dúvidas com relação ao local exato ao sul do Brasil por onde passa o meridiano. Há dúvidas sobre se a linha passa pelo atual porto de Cananeia, ao extremo sul do território do Estado de São Paulo, ou se um pouco mais ao sul, até outro pequeno porto, na costa norte de Santa Catarina, São Francisco do Sul. A distância entre um porto e outro não chega a cem quilômetros. Curiosamente, folheando um belíssimo livro editado pela nossa Marinha de Guerra, *Brasil – a Costa*, lá figura uma foto do porto de Laguna, Santa Catarina, lugar de nascimento de Anita Garibaldi, com o subtítulo: local por onde passa o meridiano de Tordesillas. Laguna está situada um pouco mais ao sul de São Francisco do Sul. Aqui deixo registrada essa novidade.

O documento de Tordesillas atribuiu à Espanha “todas as ilhas e terras firmes descobertas e por descobrir, em direção à Índia, ou qualquer parte, fazendo-se uma linha desde o polo Ártico até o Antártico”. Fez também algumas recomendações: a salvação das almas, abatendo-se as nações bárbaras e reduzindo-as à fé católica. Assim, Pizarro e Cortés ficaram com as mãos livres para todas as violências que cometeriam no México e no Peru, décadas depois.

A corte portuguesa já sabia da existência do Brasil? Não há outra explicação pela insistência lusa. No Tratado de Tordesillas, assinado em uma pequena cidade espanhola em 1494, por iniciativa dos portugueses, inconformados com as pretensões de seus grandes vizinhos, foi escolhida uma linha de demarcação, o meridiano a 370 léguas a oeste da ilha de Santo Antão, no arquipélago de Cabo Verde, e as ilhas das Caraíbas, descobertas por Colombo. Como disse antes, essa linha partia de demarcação do meridiano a cem léguas daquela ilha. As terras descobertas por Portugal ficavam a leste dessa linha, e à Espanha cabiam as terras situadas a oeste.

A princípio, só se cogitou em resolver o problema do oceano Atlântico, sem pensar nos limites do outro lado do mundo, e isso criou o problema das ambicionadas ilhas Molucas, provisoriamente resolvido pelo Tratado de Saragosa, de 1529. A ratificação do Tratado de Tordesillas foi feita primeiro pela Espanha, a 2 de julho de 1494, e depois por Portugal, a 5 de setembro do mesmo ano. Os signatários foram Dom João II, de Portugal, e Dom Fernando II, da Espanha. Os documentos originais estão guardados respectivamente no Arquivo Geral das Índias, em Sevilha, e na Torre do Tombo, em Lisboa.

Como ficavam os indígenas moradores dessas regiões? Seriam esses nativos animais de carga, feras selvagens que não pertenciam à raça humana? Os papas tardaram a definir, nomearam comissões avaliadas

ras e só, 43 anos mais tarde, em 28 de maio de 1537, a bula *Universibus Cristi fidelibus*, do Papa Paulo III, definiu que “os índios das Américas eram homens como os demais, com direito à sua liberdade e a possuir e gozar seus bens, ainda que não estivessem convertidos”.

As duas partes encontraram muitas dificuldades para fazer a demarcação, e consta que nessas negociações os portugueses estiveram sempre melhor preparados. O novo tratado foi aprovado pelo Papa Júlio II, em 1506, mas os franceses, ingleses e holandeses objetaram e se sublevaram. O rei Francisco I da França chegou a perguntar por qual cláusula do testamento de Adão essa decisão teria sido tomada pelo pontífice. Lembro que a linha aprovada pelo tratado e pelo papa afetava diretamente o Brasil, pois ela passava perto da atual cidade de Belém, no Pará, e seguia em direção sul, até o porto de Cananeia, no atual Paraná, ou até São Francisco do Sul (SC), segundo outros autores.

Nos anos seguintes, os portugueses trataram de ocupar e colonizar toda a enorme região, que vai de Cananeia até o rio da Prata. Fundaram a famosa Colônia do Sacramento, bem defronte a Buenos Aires, o que era uma clara provocação aos espanhóis e seria motivo para constantes conflitos. Era evidente que Sacramento perturbava o comércio da futura capital argentina, e essa grave disputa só foi resolvida pelo Tratado de Madri, negociado por Alexandre de Gusmão, em 1750, que nos daria a imensa área da Amazônia.

Depois que Fernão de Magalhães deu a primeira volta ao mundo e descobriu, em 1521, as ilhas Molucas e delas tomou posse em nome do rei da Espanha, acendeu-se a disputa sobre onde se situavam essas ilhas: se na zona lusa ou na zona espanhola. Os dois reis nomearam uma comissão com astrônomos, pilotos e matemáticos para dirimir a questão, mas eles não chegaram a nenhum acordo, daí resultando o já mencionado tratado de Saragosa, de 1529.

As riquíssimas ilhas Filipinas e as Molucas estavam dentro da área portuguesa, então ocupadas pelos espanhóis, e seriam trocadas por terras de ambição portuguesa ao sul do Brasil. O tratado de 1529 decidiu pela continuação do meridiano de Tordesillas para o outro lado do mundo e, assim, as Filipinas continuaram espanholas até o início do século XX. As Molucas ficaram com os portugueses, que mais tarde as perderam para os holandeses e, hoje, fazem parte da Indonésia.

Recordados esses fatos básicos, parece-me interessante comentar como atuaram os dois lados na colonização dos dois mundos. Sabemos bem o que fizeram os portugueses no Brasil. Mas sabemos pouco sobre o que aconteceu nas Índias. Começemos por Cristóvão Colombo, personagem muito especial e controvertido, que deu origem a toda essa polêmica com a sua espetacular descoberta da América.

Em 2002, o bicentenário da independência de várias ex-colônias espanholas nas Américas foi um grande tema para debates internacionais, o que também repercutiu no Brasil. O historiador argentino Walter Mugnolo¹ escreveu:

“O domínio ibérico deixou como herança uma matriz de colonialidade: a lógica da repressão, opressão, despossessão e racismo, que opera na América Latina até hoje.”

Na realidade, depois da independência, os descendentes dos colonos europeus na Américas, os *criollos*, continuaram a governar seus países com os mesmos métodos drásticos espanhóis. A estrutura colonial de poder em grande parte continuou funcionando nos séculos XIX e XX. Lembro, porém, que os povos indígenas de quase todos os países da América dita Latina nada têm de latinos, e seus representantes indígenas atuais finalmente estão começando a chegar à presidência de seus

países. Um exemplo dessa tendência contemporânea é o Evo Morales, índio quase puro, que está na presidência da Bolívia, foi reeleito e comparece às grandes conferências internacionais, misturando-se com desenvoltura entre os líderes dos países do primeiro mundo. Antes Alejandro Toledo, um mestiço, fez boa administração no Peru, no início do século XXI. Agora, outro mestiço peruano, Ollanta Humala, está no poder e parece bem intencionado.

Levando em conta o momento, resolvi atualizar e incluir nesta palestra um velho artigo publicado no *Jornal do Brasil*, em 1991, para fazer o leitor meditar sobre o colonialismo e levá-lo a acompanhar mais de perto o debate que se travou, 12 anos atrás, em 2002, em diversos foros internacionais. E não devemos excluir que alguns desses itens dos debates venham a repercutir também em nosso país em 2014, em análise da colonização portuguesa, no Brasil e em suas ex-colônias africanas portuguesas, as quais chegaram finalmente à independência em meados do século passado, apenas com um punhado de cidadãos com curso superior e formados em universidades.

Desde o início de 1992, na imprensa de vários países, houve vivos debates sobre a personalidade de Colombo e os defeitos da colonização espanhola. A discussão ganhou dimensões políticas, indígenas e ecológicas, mas sempre bastante emocionais. A revista norte-americana *Time* e a paulista *Veja* publicaram, na época, longas matérias em que sobressaíam comentários alusivos aos aspectos morais da conquista das Américas: o massacre sistemático dos indígenas, a transmissão de doenças europeias da época aos silvícolas, a introdução da escravatura africana e o extermínio desordenado de espécies de animais selvagens e de plantas autóctones.

No meu entender, é preciso antes separar a descoberta da América da sua posterior colonização. Colombo tem sido injustamente vilipendia-

do devido às atrocidades cometidas pelos conquistadores espanhóis que o sucederam. O quinto centenário da descoberta da América se transformou em um processo internacional contra o colonialismo em geral e, mais recentemente, contra o colonialismo espanhol. Até mesmo dentro da própria Espanha, houve numerosa minoria vocal que condenou vivamente as barulhentas comemorações oficiais de 1992.

A memória da violenta conquista espanhola continua bem viva, sobretudo em México, Peru, Equador, Bolívia e Paraguai e, por isso, a Espanha de hoje tenta dissociar-se da imagem da Espanha de ontem, cujos procedimentos coloniais realmente merecem condenação. Em 2008, foi válido celebrar os descobrimentos, ou os duzentos anos da chegada da família real portuguesa ao Brasil, mas transformar essas datas em oportunidades para manifestações políticas, com violentos ataques ao colonialismo espanhol ou português, foi um exagero condenável.

Quando fui embaixador do Brasil no Equador e, anos depois, também no Peru, surpreendi-me com a animosidade de uma importante parte do povo desses países em relação à mãe pátria Espanha. Recordo bem que os embaixadores da Espanha nesses dois países queixaram-se amargamente comigo da “ingratidão” não só do povo, como das elites locais, por ocasião das datas nacionais da Espanha, em Quito e em Lima. Assisti a protestos agressivos nas ruas dessas capitais, com discursos veementes contra diversos aspectos da colonização espanhola naqueles países. As duras palavras do famoso livro de Bartolomé de las Casas, bispo de Ciapas, ressoavam nas ruas, como se aqueles fatos tivessem ocorrido meses antes e não quatro séculos atrás. É verdade que também havia fatores políticos nessas manifestações de rua, geralmente organizadas por estudantes extremistas ou por partidos ultranacionalistas. Ora, é um absurdo responsabilizar ou hostilizar os

espanhóis de hoje e também os outros povos colonizadores pelo que seus ancestrais fizeram de mal, três ou quatro séculos atrás. O mesmo pode-se dizer também dos alemães de hoje em relação às atrocidades cometidas pelos nazistas setenta anos atrás.

Os espanhóis hoje reafirmam a visão de que a colonização foi civilizadora, quando sabem muito bem que fizeram um tremendo genocídio físico e cultural. Destruíram populações e o patrimônio cultural dos impérios ameríndios. Os países de forte tradição indígena, como a Bolívia, o Peru, o Equador, o Paraguai, o México e a Guatemala, consideram a colonização espanhola uma tragédia. Já os países de reduzida população indígena, como o Brasil, a Argentina, o Uruguai, o Chile e outros, julgam-se “continuadores” da civilização ibérica.

No Brasil tivemos também os atos impensados de protestos políticos no ano 2000, quando convidamos o presidente da República portuguesa e altas autoridades daquele país para juntos comemorarmos os quinhentos anos do descobrimento do País. Os desmandos que ocorreram em Porto Seguro, com a presença orquestrada de centenas de indígenas transportados especialmente pelo PT para vaiar os líderes portugueses presentes, constrangeram o então presidente Fernando Henrique Cardoso, que não cessava de se desculpar pelos desacatos que lá ocorreram.

Felizmente, em 2008, na recente comemoração dos duzentos anos da chegada de Dom João ao Rio de Janeiro, com a presença do presidente português Aníbal Cavaco e Silva, tais manifestações lamentáveis não se repetiram. A única nota destoante foi uma entrevista do grande historiador Evaldo Cabral de Melo a um jornal do Recife, lembrando que Pernambuco não tem nada a agradecer a Dom João VI nem à permanência da corte portuguesa no Brasil. Isso é, em parte, uma

verdade no caso específico da história de Pernambuco, que tentou por duas vezes, no início do século XIX, libertar-se da coroa portuguesa e foi reprimido brutalmente.

A vida de Colombo tem sido objeto de especulação imaginosa, e já se disse quase tudo a seu respeito. Ainda há poucas semanas, ouvimos na televisão brasileira alguém dizer que Colombo era um espião português! Na época do quinto centenário, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) organizou uma série de palestras sobre a era dos descobrimentos, com a participação de importantes especialistas espanhóis, portugueses e italianos. Uma dessas conferências agradou-me muito e foi proferida pelo senador e historiador italiano Paolo Emilio Taviani, autor de vários livros sobre Colombo e sua época.² Suas palavras foram esclarecedoras.

O quarto centenário da descoberta da América, em 1892, consagrara o mito de Colombo, dele fazendo, talvez exageradamente, um ícone, quase um santo. No entanto, são pouquíssimos os fatos novos descobertos desde então. De importante, houve apenas o achado do livro de bordo da terceira viagem de Colombo e alguns mapas da época. Foi só. Então, por que tanta celeuma em torno da personalidade de Colombo, se não há dados novos sobre o homem? De santo a criminoso, responsável pelo massacre sistemático de índios e pela introdução da escravatura na América?

Recordo palestra do citado senador italiano Taviani no IHGB, o qual comentou que, de nenhuma maneira, Colombo poderia ser visto como um santo, já que viveu em concubinato com sua segunda mulher e os dois nunca chegaram a casar-se, fato escandaloso na época, mas corriqueiro hoje em dia. Só por esse comportamento a Igreja não poderia beatificá-lo e, muito menos, santificá-lo. No entanto,

segundo Taviani, ele era profundamente religioso, quase um fanático. Essa religiosidade comprovada afasta também outra lenda: a de que o navegador teria se tornado amante da rainha Isabel para tentar obter auxílio financeiro para suas viagens. A admiração que Colombo sentia por Isabel, a Católica, era uma verdadeira devoção, depois temperada de gratidão pelos favores recebidos.

Recentemente, o interessante livro do escritor espanhol Antonio Bala publicou sinceras observações sobre os conquistadores espanhóis, as quais me permito citar:³

“Os escassos imperialistas que houve desapareceram na América, onde a gente foi lá para ganhar-se a vida e não para perdê-la. Ninguém quis ser herói lá e sim ficar rico. Foram em busca do ouro, que acabou servindo a todos menos a nós, espanhóis. Aos piratas ingleses, aos banqueiros de cá e de lá, aos pacientes prestamistas. O ouro não serviu sequer aos soldados nem aos mercenários, os quais frequentemente não foram pagos, e para ressarcir-se saquearam as cidades e roubaram mais do que havia.”

Um fato curioso foi descoberto recentemente: o navegador possuía um olfato extraordinariamente desenvolvido. Sabe-se que se fazia admirar e respeitar pelos colegas marinheiros, desde muito jovem, pelo seu dom excepcional de farejar terra a quilômetros de distância, muito antes que os olhos pudessem avistá-la. Teria ele desenvolvido o sentido do olfato durante um estágio na ilha de Chios, perto da Grécia, conhecida, aliás, como a ilha do perfume?. Muitos peritos que trabalham ainda hoje nas empresas francesas de fabricação de perfumes provêm de Chios e têm originariamente um olfato superdesenvolvido. Comentou ainda o senador Taviani que visitas na juventude feitas à Constantinopla e à costa turca da Iônia, a visão de caravanas que lá

chegavam carregadas de especiarias do Oriente, teriam despertado em Colombo a ideia de dar a volta ao mundo e ir buscar diretamente aquelas especiarias, sem intermediários.

Outras viagens marítimas da mocidade às costas da Irlanda e da ilhas Canárias devem ter contribuído para confirmar a ansiedade de Colombo para chegar às Índias pelo oceano Atlântico. As altas marés de 16 metros na costa da Irlanda deveriam fazer Colombo pensar para onde iria toda aquela água do oceano na maré baixa. Nas ilhas Canárias, ele teve ocasião de encontrar plantas desconhecidas boiando no mar, que só poderiam ter vindo das... Índias.

Recordo-me ainda de que o conferencista italiano transmitiu-nos outra curiosa informação: como todo homem rico na época, Colombo tinha escravos e, também por isso, é hoje censurado. Em sua segunda viagem, ele enviou centenas de indígenas para Espanha como escravos, fato que também impediu as tentativas de beatificação e canonização do descobridor. Os reis católicos tiveram dúvidas e nomearam uma comissão de teólogos para avaliar se os indígenas poderiam, ou não, ser postos à venda.

No entanto, lembro que o verdadeiro tráfico de escravos para as Américas só se iniciou muito tempo depois das viagens do navegador, já em meados do século XVI, cinquenta anos depois. Curiosamente, Taviani contou-me que na primeira viagem de Colombo, em 1492, havia na tripulação quatro estrangeiros: dois genoveses, um português e um negro, chamado Juan Moro. E o mais significativo era que esse negro recebia exatamente o mesmo soldo dos genoveses e do português, sem qualquer discriminação de cor ou funções.

Aqui me parece oportuno recordar uma importante observação de Synésio Góes:

“Em suas navegações os espanhóis tiveram a sorte de encontrar grandes civilizações ricas em prata, já nos primeiros anos depois do descobrimento. Os portugueses, não. Só no final do século XVII descobriram ouro em Minas Gerais.”²⁴

Curiosamente, enquanto os espanhóis têm sido insultados e execrados pela *intelligentzia* internacional, outros povos conquistadores e coloniais ficaram discretamente calados, talvez rezando para não chamar a atenção para seus velhos desatinos. A culpa dos conquistadores espanhóis, holandeses, ingleses, franceses, belgas e portugueses é semelhante. Todos cometeram, em maior ou menor grau, violências e roubos. No Brasil, terra de indígenas pobres, não havia o que roubar. A grande maioria dos conquistadores lusitanos foi tentar a sorte nas Índias, e vamos recordar a sua epopeia grandiosa, mas sangrenta.

Os capitães e governadores portugueses nas Índias nada ficaram a dever aos Cortés e aos Pizarro. Os métodos eram os mesmos. Até o nosso bem conhecido Martim Afonso de Souza, que foi vice-rei das Índias de 1542 a 1545, andou fazendo maldades durante a sua administração e não coibiu as crueldades e a corrupção. Oliveira Martins, em sua esplêndida e sincera *História de Portugal* (página 173) escreveu: “Pilhavam todos, de braço dado com a Coroa”. A violência nas Índias começou com Pedro Álvares Cabral e Vasco da Gama, em sua segunda viagem, que por motivos duvidosos bombardearam e destruíram a grande cidade de Calicute, importante centro comercial.

A pirataria e o saque foram os dois fundamentos do domínio português nas Índias. Competidores árabes e indianos foram abatidos sem piedade pelos canhões lusitanos, deixando um rastro de sangue e cinzas. Não se combatia nem pela fé nem pela pátria, disputava-se com

furor apenas o saque da Índia. Afonso de Albuquerque, tio da esposa de Cabral, era um homem de visão e foi o criador do fugaz império português, mas certa vez mandou cortar as orelhas e os narizes de todos os seus prisioneiros para que fossem, mutilados e cobertos de sangue, anunciar ao mundo a fama do poderio português. Outros governadores, como o bom João da Cunha, tentaram em vão conter os desmandos, as violências e a corrupção generalizada.

Dominados os importantes entroncamentos comerciais de Ormuz e Aden, na entrada do mar Vermelho, e refundada Goa, a nova capital do império português, Afonso de Albuquerque conquistou Málaca, perto da atual Cingapura, outro notável centro comercial de mercadorias da China e do Japão. Albuquerque enviava pérolas e pedras preciosas ao cronista Rui de Pina, em Lisboa, para que divulgasse os seus feitos no mar das Índias. Albuquerque teve sob sua vassalagem todos os sultões e rajás, desde Sofala, na costa da África oriental, até Málaca, na Indochina. Oliveira Martins comentou: “Se o gênio excepcional de Albuquerque não bastou para consolidar o império português, o que poderiam fazer os pigmeus que o sucederam?” (página 199). Era impossível impor a ordem e a estabilidade onde o saque era o único motivo. O célebre poeta Gil Vicente comentou:

“Fomos ao rio de Meca
pelejamos e roubamos
e muito risco passamos.”

Era possível saquear as Índias, mas era impossível dominá-la de maneira permanente. Quando Portugal caiu nas mãos da Espanha, em 1580, iniciando a União Ibérica, envolveu-se em guerras com os ingleses e holandeses. Nas Índias, que não podiam mais defender, ocorreu rápida decadência. Os holandeses herdaram tudo o que não voltou às mãos dos

antigos donos locais. Muitas desgraças abateram o ânimo dos lusos, pois tudo desmoronava. Só restou voltar para a casa, ao pequenino Portugal. Restaram apenas os enclaves de Goa, Damão, Diu, Timor e Macau. Todos eles duraram até meados do século XX, quando terminaram os últimos vestígios do colonialismo. Os novos países independentes da África e da Ásia entraram para as Nações Unidas, mas é justo reconhecer que até hoje ainda persiste um disfarçado colonialismo comercial bem explorado, sobretudo pelos franceses e ingleses.

Uma relativa novidade são os livros do historiador inglês Charles Mann, nos quais lemos que, em 1491, portanto bem antes de os espanhóis se lançarem à conquista e à pilhagem do Peru e do México e os portugueses se precipitarem sobre as Índias, os chineses já estavam comerciando com a Ásia e a África, mas com uma política bem mais inteligente do que a dos ávidos europeus. Os chineses construíram uma enorme e poderosa frota, difícil de ser batida, e saíram pacificamente a vender seus produtos sofisticados nos ricos portos do Vietnã, da Malásia, de Málaca, da Indonésia, da Índia e do Ceilão. Realizaram numerosas viagens a essas regiões durante alguns anos e visitaram também os portos da África Oriental. Vendiam seus produtos e compravam o que mais lhes interessava. Curiosamente, os chineses frequentavam regularmente o porto de Calicute, alguns anos antes de Pedro Álvares Cabral e Vasco da Gama, que lá tiveram graves problemas com o samorim e acabaram bombardeando a cidade. Vê-se, assim, que os chineses foram comerciantes mais hábeis do que os europeus. Charles Mann afirma que os chineses não teriam viajado pelo oceano Atlântico, nem chegado às Américas ou à Europa.

Um pouco mais tarde, os franceses tentaram fundar colônias no Rio de Janeiro e no Maranhão, sem resultado. Tentaram depois instalar-se na Flórida e lá foram massacrados pelos espanhóis. Tiveram mais sorte

na Guiana, nas ilhas das Caraíbas, no Canadá, na chamada Luisiânia, no *middle west* norte-americano e em vários pontos na África. Os holandeses estiveram 24 anos no nordeste do Brasil, apropriaram-se de algumas colônias portuguesas no Extremo Oriente e ainda controlaram comercialmente a república do Suriname, ao norte de nosso país. Os ingleses foram, talvez, os melhores colonizadores, pois suas empresas tiveram melhor visão e construíram bastante, enquanto o governo sugava as suas colônias. A Índia até hoje muito deve aos ingleses pela construção de suas estruturas básicas, sobretudo as ferrovias. As colônias inglesas no sul da África também progrediram bastante, e os britânicos fundaram os Estados Unidos e a Austrália, hoje dois grandes países. Já as colônias italianas da Etiópia e na Líbia foram um completo fracasso e lá não se sustentaram por muito tempo. As colônias alemãs na África tampouco resistiram à derrota na Europa, na I Guerra Mundial. Nos dias de hoje, ainda vigora uma espécie de colonialismo discreto na África, onde o comércio é bastante controlado pela Inglaterra e pela França, antigos poderes coloniais. Em recente revolta no Mali, a França se precipitou para afogar a rebelião que estava prejudicando a exploração de urânio, indispensável às suas usinas nucleares. Em suma, o colonialismo foi mesmo muito mais útil às potências que o praticaram do que aos países por elas dominados sob o pretexto de catequizá-los e civilizá-los.

Em conversa com o historiador Ronaldo Vainfas, ponderou-me ele que

“os massacres perpetrados pelos conquistadores, que os manifestantes da última década do século XX atribuíram a um racismo deliberado e a uma cobiça infrene, eram vulgares nas guerras europeias daquela mesma época: estupros, incêndios de aldeias inteiras, mutilações de adultos, crianças, idosos, tudo isso fazia parte da ‘arte da guerra’ naquele tem-

po. Não havia racismo nenhum nos massacres de Pizarro ou Cortés, como não o havia nas guerras entre Carlos V e Francisco I, no século XVI. Somente depois do Tratado da Vestfália, que pôs fim à Guerra dos Trinta Anos, em 1648, é que o massacre de civis começou a ser posto em causa e censurado no meio diplomático europeu”.

A descoberta da América deve continuar a ser festejada, e seu descobridor louvado pela sua coragem e visão do futuro. É evidente exagero colocar Colombo no mesmo nível de um Pizarro ou de um Cortés, que cometeram atrocidades inomináveis no Peru e no México. Não se deve culpar o navegador pelos crimes e desmandos que os seus sucessores cometeriam décadas depois. Igual equívoco seria culpar Pedro Álvares Cabral pelos numerosos erros que os colonos portugueses depois cometeriam no Brasil.

Notas

1 MUGNOLO, Walter. Vide entrevista em *O Globo*. ed. 16 jan. 2010.

2 TAVIANI, Paolo Emilio. *Cristóforo Colombo, o gênio do mar*. Roma: V Centenario Della Scoperta, 1991.

3 BALA, Antonio. *El Pedestal de las Estatuas*. Planeta: Madri, 2007. p. 75.

4 GOES, Synésio Sampaio. *Navegantes, Bandeirantes e Diplomatas*; editora da Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro: 2000. p. 2-3.

Referências bibliográficas

BALA, Antonio. *El Pedestal de las Estátuas*. Planeta: Madri, 2007.

BALLESTEROS BERETTA, A. *Cristobal Colón y el descubrimiento de la América*. Barcelona: Salvat, 1945. 2 v.

GOES, Synésio Sampaio. *Navegantes, Bandeirantes e Diplomatas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.

MADARIAGA, Salvador de. *Christophe Colomb*. Paris: Calmann-Lévy, 1952.

MAHON-LOT, Marianne. *Cristóvão Colombo*. Porto: Vertente; Imprensa Portuguesa, 1969. (Original francês pela Éditions du Seuil: Paris, 1960).

MANN, Charles. *1491*. Nova York: Vintage Books, 2011.

MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*. 20. ed. Lisboa: Guimaraes Editores, 1991.

MORRISON, Elliott. *Columbus, Admiral of the Sea*. Boston: 1942. 2 v. (Edições argentina de 1945 e francesa de 1958).

TAVIANI, Paolo. *Cristóforo Colombo, gênio do mar*. Roma: V Centenario Della Scoperta, 1992 (em português).

Palestra proferida em 22 de abril de 2014.